

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-8-2020.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 005/20 (Processo nº 0022/20), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/20 (Processo nº 0264/20), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Resolução nº 001/20 (Processo nº 0023/20), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Resolução nº 007/20 (Processo nº 0160/20), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/20 (Processo nº 0161/20), de autoria de Paulo Brum. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 410 e 411/20, encaminhando mensagens retificativas, respectivamente, ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/20 e ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/20 (Processos nºs 0018 e 0015/20, respectivamente); nºs 412, 413, 414, 415 e 416/20, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 013 e 014/20 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 018, 019 e 020/20 (Processos nºs 0275, 0276, 0277, 0278 e 0279/20, respectivamente). Ainda, foi apregoado o Ofício nº 003/20, do Vice-Prefeito, informando sua ausência do Município nos dias dezoito e dezenove de agosto do corrente. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte ao dia vinte e quatro de agosto do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Engº Comassetto, Adeli Sell e Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se João Bosco Vaz e Karen Santos. Na oportunidade, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição a João Carlos Nedel, do dia vinte ao dia vinte e quatro de agosto do corrente, Moisés Barboza, informando-o que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 017/20. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 013, 022, 079 e 097/20. Também, Adeli Sell pronunciou-se durante o período de Pauta. Às quinze horas e vinte e oito minutos, nada

mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, nós temos 18 vereadores presentes. Há quórum.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Portanto, com 18 presenças, há quórum. Damos por aberta a 39ª Sessão Ordinária. Solicito que o Dr. Sandro apregoe as matérias que foram encaminhadas à Mesa Diretora para darmos conhecimento ao plenário da Casa.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sim, Sr. Presidente. (Procede à leitura das proposições encaminhadas à Mesa.) Essas são as proposições, Sr. Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Sandro.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativo): O Ver. João Carlos Nedel solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 20 a 24 de agosto de 2020. A Mesa declara empossado o Ver. Moisés Barboza, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Está feito o registro. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Paulo Brum, em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores – Ver. Adeli Sell, eu, que sou o líder; Ver. Oliboni, Ver. Comassetto e Ver. Sgarbossa –, nós queremos expressar a nossa mais profunda preocupação – algo que já foi feito por outros colegas vereadores, eu estou aqui repetindo: o Ver. Alex já falou do tema, a Ver.^a Karen já falou do tema, eu bem me lembro – em relação ao contrato terceirizado da Secretaria Municipal de Educação, SMED, com a empresa Multiclean. Eu fiz um movimento, meses atrás, insistente, com o secretário Adriano Naves de Brito. Nenhum retorno. Conversei com o Ver. Camozzato, e nós, juntos, fizemos uma denúncia sobre os atrasos da Prefeitura e a não resposta aos nossos pedidos de providências. Eu também sou signatário com ele, com um conjunto de vereadores, para que a gente resolva, efetivamente, essa falta de respeito com a Câmara Municipal de Porto Alegre, por parte do Executivo,

especialmente do chefe de governo neste momento. Depois do dia 20 de junho, portanto, há três meses, há 90 dias, eu fiz uma carta para o Ministério do Trabalho e Emprego, a antiga DRT, hoje Superintendência Regional do Trabalho aqui do Rio Grande do Sul, colocando o drama que já estavam vivendo as pessoas que trabalham para essa malfadada empresa chamada Multiclean. Eis que agora vão ser demitidos, segundo informação oficial que eu recebi, 700 pessoas. Nós mostramos que essa empresa estava praticando assédio moral coletivo. Eu tenho relatos de diretores de escola, de servidores que foram xingados, maltratados; dão um determinado aviso, não pagam naquele dia; dizem que está na conta e não está na conta. Eu, me baseando, inclusive, num livro de três autores gaúchos sobre assédio moral coletivo, coloquei isso ao Ministério Público do Trabalho, na semana passada, e sei que há outros vereadores que também entraram com esse mesmo tipo de representação no Ministério Público do Trabalho, já que os outros órgãos não responderam; portanto, o órgão fiscalizador é o Ministério Público, essa é a sua função. Eis que descubro também, neste final de semana, pesquisando, que a empresa tem uma dona que tem apenas um automotor no seu nome, um patrimônio irrisório, o patrimônio da empresa também é irrisório; e descubro uma ação penal que está na justiça deste Estado, e, provavelmente, os verdadeiros donos estejam na cadeia neste momento, estejam presos. Lembram da operação Camilo? Na minha peça, eu coloco todos esses elementos e simplesmente transcrevo o que está escrito. Não sou eu que digo, são as autoridades policiais que dizem e que mostram que há um fortíssimo indício que os donos são duas pessoas que estão presas neste momento. Diante de tudo isso, o poder público municipal se cala. Vou mais longe ainda: pela análise do contrato, na minha opinião, pela forma como essa empresa chegou a ter esse contrato, há uma fraude à licitação, segundo a nossa legislação atualmente em vigor neste País. Por isso, senhoras e senhores, meus colegas vereadoras e vereadores, a situação é gravíssima! Nós já tivemos o problema do IMESF, agora estamos diante do problema Multiclean. Eu não inventei nada, eu não estou acusando, eu estou aqui repetindo o que eu encontrei nos autos de um processo penal. Estou aqui repetindo os documentos oficiais que eu mandei e felizmente o Ministério Público do Trabalho já nos comunicou que recebeu – na linguagem jurídica, receber é diferente do que simplesmente receber uma carta, ou seja, estará sendo encaminhado e provavelmente seremos chamados para aportar outros documentos e outras questões. Nós já estamos com vários elementos, nesse sentido, para levar adiante essa questão e defender 700 pessoas que trabalham num serviço duro, pesado. A maioria dessas pessoas é composta por mulheres, algumas cabeça de família, e, por isso, Ver. Paulo Brum, eu falo hoje em nome do meu partido, da minha bancada de vereadores: Sgarbossa, Comassetto, Oliboni e eu, Adeli Sell, que tenho o prazer de a liderar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde a todos nossos colegas vereadores e vereadoras, ao Presidente em exercício Paulo Brum e a todos que acompanham nossa sessão nesta tarde. Realmente, o governo Marchezan cria situações desagradáveis, e a toda semana ouvimos e vemos várias delas. Recentemente, os Srs. Vereadores devem estar lembrados, quando aprovado o projeto de lei de abertura de concurso público para a Atenção Básica em Porto Alegre, em vez de criar 840 vagas para os agentes comunitários de saúde, ele, na verdade, criou cento e poucas vagas. O prefeito Marchezan, na Atenção Básica, praticamente destrói o programa, quando ele reduz as equipes de quatro agentes para um agente, de dois técnicos de enfermagem para um técnico de enfermagem. E agora vem a denúncia dos servidores que estavam interessados em fazer o concurso de que muitos inscritos *on-line* não constam na listagem de inscritos para o concurso. Além disso, ninguém está fazendo concurso em tempos de pandemia; pois o prefeito Marchezan mantém o concurso em tempos de pandemia sem – aí já tem recurso na justiça – observar as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Eu não sei por que o prefeito Marchezan tem tamanha pressa. Ele terceiriza a Atenção Básica, e os órgãos de controle já se manifestaram dizendo que não se pode terceirizá-la. Lamentavelmente, eu creio que o prefeito Marchezan, já próximo do término do seu mandato, tenta apressar algumas coisas e procura fazer com que a Câmara seja absorvida pelas iniciativas dele mesmo, encaminhando projetos de urgência, querendo truncar o processo e, ao mesmo tempo, desvalorizando a Câmara; quando estão a serviço dele, ele pede urgência, ou, na tese dele, pensa que a Câmara é apenas, eu diria, um cartório de registros que está ali à disposição da Prefeitura. Não é bem assim: a Câmara tem legitimidade, portanto tem seu rito, e é importante que o prefeito respeite isso. Eu estava ouvindo há poucos instantes que há mais um pacote de projetos, todos em regime de urgência, e nós estamos, neste momento, com o processo truncado exatamente por causa desses pedidos do prefeito municipal. Creio que a Câmara tem que dar uma manifestação pública, penso que o nosso nobre Presidente já está ligado nisso, para que, não votando esses projetos que ora foram solicitados, inclusive audiência pública, possamos voltar a votar projetos da nossa iniciativa, iniciativa dos vereadores, para que não fiquem engessados por essa iniciativa do prefeito municipal.

Um forte abraço e a nossa indignação com a atitude do prefeito em querer realizar concurso público para os agentes comunitários em tempo de pandemia sem que sejam legitimados todos aqueles que se inscreveram *on-line* e que não estão constando no processo. Portanto, estamos pedindo o adiamento desse concurso ou o seu cancelamento. Muito obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Por favor, nosso Presidente Reginaldo Pujol.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Colega e grande Vice-Presidente Paulo Brum, eu preciso fazer duas comunicações, mas antecede essas comunicações os meus cumprimentos ao colega que, pela terceira vez nesta semana, assume o encargo de presidir a nossa sessão, permitindo que eu cumpra outros deveres da presidência da Casa. Eu, no momento, me encontro no Palácio Aloísio Filho, na Câmara de Vereadores, porque às 15h o prefeito virá até a Câmara Municipal nos entregar um documento que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e eu, evidentemente, como presidente da Casa, não posso fugir da responsabilidade de receber o prefeito e receber este documento fundamental não só no cumprimento de mandamento da Lei Orgânica do Município, mas sobretudo em função da relevância que ele tem no planejamento da atividade do Município, não só neste ano, mas no próximo triênio administrativo. De outro lado, e este é o segundo grande informe que eu passo, um problema que já está se tornando crônico faz com que a internet tenha caído por inteiro neste prédio. Então eu não podia sequer participar objetivamente, como em outras ocasiões eu participei, desta sessão importante que está sendo realizada, e isso faz com que eu tenha que me justificar agora que, pelo menos até um determinado momento, eu não poderei conviver com os colegas nessa sessão virtual que V. Exa., Ver. Paulo Brum, preside com grande competência e grande qualidade. Então, me compreendam e, ao mesmo tempo, eu compreendo que os senhores não poderão estar comigo quando eu cumprir este meu dever mandamental de receber o Sr. Prefeito Municipal no dia, na hora e no momento em que ele traz até a Câmara Municipal a Lei de Diretriz Orçamentária, cumprindo ele um compromisso que tem na condição de prefeito, o que me impõe que eu também cumpra a minha responsabilidade na condição de Presidente da Câmara. Obrigado pela compreensão, o trabalho segue em boas mãos, com boa orientação dividido entre V. Exa., Ver. Paulo Brum, e o nosso querido diretor legislativo, que é o grande operador do nosso sistema virtual de comunicação que permite que as nossas sessões sejam realizadas com a periodicidade estabelecida no Regimento da Casa. Obrigado e até breve.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Presidente, fique tranquilo que iremos conduzir os trabalhos em nome de V. Excelência.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Paulo Brum, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, quero dizer que hoje tive a satisfação de ter, no novo decreto da Prefeitura, a liberação dos clubes para que o esporte individual possa ser praticado e dessa forma trazer vida aos clubes da nossa cidade. Eu fui procurado pelo presidente do clube Lindóia, Sr. Monteiro, clube do qual eu sou sócio, participo do grupo dos coroas, para que eu pudesse interceder junto à

Prefeitura para a reabertura das atividades dos clubes. Conversei com o presidente do Lindóia e com outros presidentes de clubes e agendamos uma reunião junto com os secretários do comitê da Covid bastante produtiva; os presidentes explicaram a situação para os secretários, e o próprio secretário de Saúde entendeu bem a situação. Como nós estamos em outro momento, a situação em Porto Alegre começa a avançar, nós estamos em um platô na saúde, mesmo com um nível alto de pessoas baixadas na UTI, estabilizado – há vários dias, mais de uma semana, o nível se mantém em queda –, conseguimos, então, nesta conversa, sensibilizando o secretário e demais membros do comitê da Covid, no decreto de ontem, liberar as atividades esportivas individuais dentro dos clubes, como jogo de tênis e outros esportes individuais. Os clubes podem oferecer essas atividades, como por exemplo, no Clube dos Jangadeiros, onde o pessoal treina no seu boxe, nos seus barcos à vela, individualmente, os treinamentos podem ser realizados. As academias também já voltaram, dentro do seu regimento, dentro dos protocolos. Então, a gente fica muito feliz, não só pela reabertura dessas atividades esportivas, o que vai dar uma nova vida ao clube, mas também pela situação de Porto Alegre que começa a melhorar, com as atividades econômicas retomando. Também no aeroporto de Porto Alegre foi liberado a abertura do comércio dentro do aeroporto. Então, já começa a retomar a vida na cidade de Porto Alegre.

Também hoje pela manhã participamos de uma reunião junto com as diretoras das escolas privadas de educação infantil, junto como o secretário Natan, com o secretário Bruno, fazendo uma discussão de como buscar alguns protocolos, começar a discutir, para, no momento certo, podermos flexibilizar a volta dessas crianças para as escolas infantis. Nós sabemos que, com as atividades econômicas retornando na cidade de Porto Alegre, vai ser necessário buscar alternativas, principalmente as mulheres que são as que normalmente cuidam dos filhos pequenos, que terão dificuldade de retorno ao trabalho se não tiver atividades para seus filhos. A gente tem feito essa discussão; foi uma reunião bastante produtiva em que a gente buscou esses protocolos e, quem sabe, uma determinação – essa é a colocação que eu fiz para os secretários – de um prazo, não uma data, mas um prazo de relação com a Covid: conforme atingir determinado nível em Porto Alegre, que as escolas infantis possam voltar, fazer um calendário em cima dos fatos que vão acontecer daqui para frente. Acho que começamos a encaminhar nesse sentido, o que é importante, porque a atividade econômica, depois de todo esse período, de março até agora, começa a ter a densidade cada vez maior.

Temos aí os restaurantes, eu fui procurado pela associação dos restaurantes, eles têm alguns protocolos para melhorar a flexibilização, para que eles possam voltar a ter uma atividade mais plena dentro dos restaurantes, e estamos discutindo com o secretário essas possibilidades. Acho que todos nós, vereadores, e a cidade de Porto Alegre, neste momento em que começa a melhorar a situação da saúde, torcemos que continue melhorando, para que a gente possa voltar à nossa vida normal nos próximos dias. Então, quero dizer para os nossos amigos vereadores que também estamos trabalhando; sei que todos nós estamos trabalhando e lutando para que a gente possa voltar a essa normalidade. Coloco-me à disposição de todos, se puder ajudar nas suas demandas. Hoje o Ver. Airto Ferronato participou de uma reunião que ele tinha me

pedido. Eu acho que é importante esse debate, esse diálogo com a sociedade para que a gente possa voltar ao normal o mais rápido possível, Ver. Paulo Brum. Muito obrigado a todos que nos assistem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Ao cumprimentar o Presidente Paulo Brum, cumprimento os colegas vereadores e vereadoras; cumprimentando o nosso diretor Luiz Afonso, cumprimento todos os nossos assessores que nos dão suporte para o trabalho da Câmara. Eu quero falar aqui sobre três temas. Primeiro, dando continuidade ao que o Ver. Adeli Sell falou, sobre a demissão dos aproximados 700 funcionários da empresa Multiclean. Nós, da CECE, o presidente Alvoni, eu e o Ver. Prof. Alex Fraga, junto com a Assembleia Legislativa, participamos de uma reunião, na última segunda-feira, com o secretário Adriano, para apresentarmos o tema, discutir e verificar alguma alternativa. Eu vou repetir o que eu disse lá no final daquela reunião: nós, da CECE, já fizemos, pelo menos no ano de 2019 e no início de 2020, no mínimo, umas dez reuniões com o secretário Adriano, e em nenhuma delas conseguimos um milímetro de diálogo ou de concertação para os temas apresentados, e não foi diferente no tema da demissão dos funcionários. Com todo o quadro apresentado pelo Ver. Adeli em relação à empresa, eu gostaria de dizer aqui que não há nenhuma empresa no mundo que resista a um contrato com 400, 500, 700 funcionários e ele ser rescindido antes do tempo e unilateralmente, isso remete a uma situação de falência para a empresa e conseqüentemente para os funcionários. O que nós reivindicamos? Que o secretário encontrasse uma forma alternativa, inclusive de destinar esses trabalhadores, que são das escolas, que são merendeiras, que são da limpeza, entre outros, para auxiliar nas comunidades onde vivem, para enfrentar os temas da pandemia, mas não houve a menor possibilidade de abertura por parte do secretário. Então, eu queria registrar este tema: logo após essa reunião, nós entramos no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul com uma representação contra o Município, que já foi acolhida, em que eu e outros vereadores da oposição, como o Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. Prof. Alex Fraga, assinamos, junto com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Então, eu queria registrar que está aberto mais um processo lá no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para averiguar e tratar se a legislação está sendo cumprida por parte do Município. Entendemos que tem também deslizes do Município, os quais prejudicam todos esses trabalhadores.

Segundo ponto que eu queria tratar hoje aqui é que amanhã, dia 21 de agosto, é o Dia da Habitação. Nós, aqui na Câmara, há poucos dias, demos um sinal de unanimidade quando aprovamos o projeto de lei da Mato Sampaio, dizendo que aquelas famílias passam a ter o regime de Área Especial de Interesse Social para fazer a sua

regularização. Mas quero alertar aqui que desconheço um projeto, uma comunidade que foi regularizada na administração do Marchezan, e nós temos mais de 700 comunidades irregulares. É verdade que isso vem de longa data, mas hoje temos todo um arcabouço legal na legislação municipal que permite ao Município fazer um programa, um plano de regularização fundiária. Quero também aqui cumprimentar principalmente as entidades que se empenharam em construir habitação de interesse social na cidade de Porto Alegre, quero cumprimentar aqui a Coohadil, quero cumprimentar o IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais. A Coohadil já entregou 360 unidades habitacionais, está construindo mais 360 neste momento. O IPESA já entregou 720 unidades habitacionais e a cooperativa Morada da Fé está com 80% dessa obra construída para entregar 480 unidades. Tudo isso fruto ainda do Programa Minha Casa, Minha Vida criado e idealizado lá no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi o melhor e maior programa habitacional que o Brasil já teve. Estou dizendo tudo isso, que as entidades, com a nossa orientação política e técnica e com um conjunto de profissionais, estão construindo e entregando na cidade de Porto Alegre mais de 2 mil unidades habitacionais. Eu pergunto, com toda a estrutura que tem a Prefeitura de Porto Alegre, com as suas secretarias, com departamentos, quantas unidades habitacionais construiu? Ou quais os projetos habitacionais que ela levou à frente? Estão passando quatro anos, está terminando o governo Marchezan, que herdou do governo Fortunati um cenário de guerra nessa construção da habitação. Eu peço a qualquer um que passe ali na Av. Tronco e veja essa avenida liga do postão de saúde em direção ao BarraShoppingSul, ali foram recebidos recursos para reassentar 1.500 famílias e terminar a Av. Tronco; o governo Fortunati simplesmente consumiu esses recursos e deixou aquele cenário lá como um cenário de guerra, as casas semidestruídas, o comércio na semifalência, o sistema viário intransitável. O governo Marchezan não conseguiu, não teve a capacidade de dar continuidade gerencial àquele projeto ali. Dito isso, eu estou comparando aqui que, se tiver essa iniciativa pública com os empreendedores sociais, dá para fazer muitos projetos na cidade de Porto Alegre, pois as entidades estão entregando 2 mil unidades habitacionais sem envolvimento de nenhum funcionário público ou qualquer processo de licitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Essa é uma modelagem que deve ser observada, e oferecemos isso para a cidade de Porto Alegre, e com certeza estaremos apresentando isso para a próxima gestão, que espero ser uma gestão progressista, que espero ser uma gestão que inclua, que olhe para a periferia e que trabalhe a cidade como um todo. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; vou fazer um pronunciamento rápido para fazer um

agradecimento à força-tarefa da Prefeitura, que está coordenando esse combate na pandemia, o Ver. Mauro Pinheiro, líder, já falou há pouco. Também quero agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro porque, na segunda-feira, fiz um pronunciamento sobre essa preocupação dos clubes, das academias, dos ginásios esportivos que estão há 150 dias fechados, principalmente essa questão dos ginásios esportivos e dos clubes, e fiz um apelo pedindo ao Ver. Mauro Pinheiro que, como líder, pudesse interceder junto a essa força-tarefa. Isso foi feito, tivemos um avanço, que ainda não é o ideal, mas os ginásios podem abrir as escolinhas, mantendo dois metros de distância a cada aluno, os clubes já ganham vida com as portas abertas. Ontem mesmo me ligou o presidente do Country Club, preocupado com a questão do golfe, eles têm vários hectares lá e não podiam jogar por causa do contato, quando, neste caso, não há contato. Então o golfe voltou no Country Club, como outros esportes em outros clubes. Agora precisamos avançar mais um pouco, liberando outras atividades nos ginásios esportivos. As pessoas estão com grandes dificuldades porque são proprietárias e não podem usar, outras pessoas não são proprietárias, pagam aluguel para ter o ginásio esportivo, mesmo parados há 150 dias. Então, quero agradecer ao Dr. Pablo, que é secretário da Saúde, ao Dr. Bruno Miragem, que é o coordenador dessa força-tarefa, ao líder do governo, pela sensibilidade. Porque, aos poucos, Porto Alegre precisa retornar à sua normalidade. A gente diz a toda hora aqui que as pessoas já estão inseguras, preocupadas em casa e, pior, a saúde mental, e o esporte é importante, o encontro com os amigos é importante. Então eu quero agradecer mais uma vez por essa força-tarefa, é um grande avanço para os clubes, para as academias que já tinham sido contempladas um pouquinho antes, e um grande avanço – não ideal ainda – para os ginásios esportivos. E agora esperamos que a várzea também possa ser liberada para que as pessoas possam voltar às suas atividades. Um grande abraço a todos, muito obrigado e um bom fim de semana.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Desculpem, colegas, mas como diz o Pujol, a internet não está fácil hoje. Neste período de Comunicações eu queria tratar de um evento muito importante que houve nesta semana, na terça-feira. No Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, numa das suas câmaras, por dois votos a um, foi decidido que a concessão da questão do Mercado Público, como previa o governo municipal... E eu havia alertado, a minha petição foi nesse sentido, fiquei muito feliz com as citações que o relator fez da minha petição, porque eu sempre coloquei essa questão: por ser um bem público e de uso especial – porque o Mercado Público, há 151 anos, em 1869, foi feito para a finalidade de ser o Mercado Público Central de Porto Alegre –, só poderia haver algum tipo de concessão se houvesse alguma licença legislativa da Câmara Municipal de Vereadores. Eu havia contado também outros elementos: há um sítio arqueológico construído e registrado no IPHAN, no nosso

Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional; também nós temos, no Livro Tombo, o Bará do Mercado, que agora está para discussão e votação um projeto de minha autoria que o torna um bem imaterial, porque ele, na verdade, é falta, de fato, à legislação, o Mercado Público tem que ser do povo de Porto Alegre, ao povo de Porto Alegre, porque ele faz parte da nossa tradição e da nossa história. Todos nós festejamos esse acontecimento, porque assim fica mais uma vez provado que, quando o povo se levanta – foram 20 mil assinaturas num abaixo-assinado, foram dezenas, centenas de manifestações, houve Tribuna Popular nesta Casa do Povo –, a população pode se regozijar. Eu espero que o governo, vencido nessa questão, volte a discutir e a negociar com a Associação dos Mercadeiros, e que haja uma gestão compartilhada, como havia no passado. Falo de cadeira, falo com orgulho que, em 2003 e 2004, quando secretário municipal da produção, indústria e do comércio, eu pude fazer um conjunto de avanços no Mercado Público Central de Porto Alegre, inclusive destinando áreas de mesa, e três equipamentos que, diferentemente de outros que não tinham área de mesa, a Procuradoria-Geral do Município, deu *o.k.*, e nós cobramos mais aluguel e ninguém reclamou, pelo contrário. Ainda na minha gestão, estendemos os equipamentos, os toldos, como tem hoje; começamos a fazer uso do Largo Glênio Peres para que houvesse essa sinergia entre esse maravilhoso largo do jornalista Glênio Peres, que sempre foi um incentivador, um amante do Mercado Público, como a maioria da população é, diferentemente do caso do jornalista Paulo Sant’Ana, que queria demolir o Mercado – eu ainda vi, nesta semana, essa triste notícia, na época –, como também o ex-prefeito Thompson Flores, que queria ligar diretamente a Rua Siqueira Campos com a Av. Júlio de Castilhos, passando onde hoje é o Mercado Público Central e onde é o terminal de ônibus da Praça Parobé, ou seja, isso faz parte da história do passado, porque a Porto Alegre que nós queremos é uma Porto Alegre na qual os bens públicos são preservados, os bens do patrimônio são preservados. E que nós consigamos, agora, nessa mesma trilha, tratar do tema do Atelier Livre da Prefeitura, da Pinacoteca Rubem Berta, do prédio do Capitólio; que consigamos, muito em breve, ter de volta o café da Praça Otávio Rocha, e não ter aquele equipamento que foi mudado, restaurado, emparedado como se tem hoje, ou os escombros do Café do Lago, no Parque Farroupilha, ou o café fechado no Centro Municipal de Cultura, o café fechado do Cine Capitólio. Isso não pode acontecer numa Porto Alegre que se quer, numa Porto Alegre das pessoas para as pessoas, que receba turistas, que seja a capital do Mercosul. Por isso, colegas que assinaram o manifesto em defesa do Mercado, aos 20 vereadores que assinaram e outros que não assinaram, mas que também disseram que esse era o melhor caminho, eu quero agradecer de coração, como agradecer também o povo tradicional, os povos de matriz africana, o povo de Porto Alegre, para que trabalheamos juntos e que vençamos juntos, muito obrigado. Viva Porto Alegre, viva o Mercado Público Central, viva a nossa história. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado Ver. Adeli Sell. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente Paulo, boa tarde vereadoras e vereadores, nesta quinta-feira de sol, temos bastante presença no plenário remoto. Eu também tenho a minha manifestação a fazer sobre a cidade, muito bom que estamos voltando ao “reabra Porto Alegre”, muitos setores ainda estão pendentes, muitas pessoas sem emprego, sem receber, eu me refiro a quem eu tenho contato mais direto, que são as academias. Foram reabertas muito poucas ainda. Hoje eu estive fazendo algumas visitas e fiquei muito entristecida de ver, por exemplo, uma rua tão conhecida como a Av. Protásio Alves e seu entorno, com lojas fechadas, com “aluga-se”, é desesperador saber que aquelas pessoas – vamos dizer assim, médios e pequenos comerciantes – não tiveram condições de ficar pagando os seus aluguéis e tiveram que fechar as portas. Sabe-se que temos esse auxílio emergencial ímpar, porque nunca se pagou tanto numa situação de desemprego como está sendo pago pelo governo federal, afinal são R\$ 600,00, não são R\$ 90,00. Desejamos que isso continue até dezembro e que nós possamos voltar à normalidade, com cuidado, pois fizeram tanta campanha do “Fique em Casa”, do isolamento, do distanciamento, mas não se vê uma campanha mais efetiva para que as pessoas se conscientizem da necessidade de usar a máscara, de usar a viseira, pois a gente vê poucas pessoas usando. Às vezes, eu me sinto até constrangida de somente eu estar com a viseira, mas eu tenho que me cuidar, afinal nós somos do grupo de risco, não somos os mais os jovens de 18 ou 20 anos.

Então, quero dizer que é bem-vinda essa abertura, mesmo que, talvez, tardia; nós desejamos uma cidade normalizada, com muitos leitos disponíveis para a população, no caso de esse vírus, essa triste crise pela qual estamos passando ser reincidente.

A solidariedade de Porto Alegre foi tão grande que deu para passar o inverno com um pouco mais de atendimento às pessoas, porque não foi só a população carente que ficou com recursos faltando, muitas pessoas de classe média estão sem recursos para pagar a conta de luz. Isso, como falamos em redes sociais, é um dos nossos trabalhos, e é muito intenso. Também não deixamos de atender às demandas, ficamos em trabalho presencial, mesmo com número de pessoas reduzido nos gabinetes; cada vereador teve uma forma de atuação. Eu vejo que isso precisa continuar, não vai ser tão cedo que reabrirão aqueles que ficaram de pé, vamos falar um português bem popular. Nós não vamos dizer que está tudo bem, não tenho essa impressão, não é essa a realidade. Que bom que está sendo modificado, que podemos vislumbrar uma realidade nova para a cidade, sabendo que não vamos contemplar quem está dificuldade, quem fechou suas portas, quem perdeu seus empregos, mas queremos ter esperança e desejar que acabe essa campanha de amedrontar as pessoas, o que algumas pessoas da comunicação fizeram. Agora, estão falando, para nossa surpresa, que mais de 3 mil pessoas estavam com dengue. Ninguém mais falou em dengue, ninguém mais falou em outros diagnósticos. Agora está aparecendo o que a gente sabia: há outras mortes, o que se lamenta, por outros diagnósticos também. Agora, a campanha para seguir o protocolo

da saúde não pode parar; tenha risco ou não, devemos cuidar com as aglomerações, observar a utilização de máscaras. Parece que isso aí foi muito *light* para o meu convívio, poderia ser mais intenso. Deve ser mais intenso, porque o que queremos é o melhor para todos, sem sofrimento, sem politicagem, com verdade, com preocupação com o ser humano e com os nossos semelhantes.

Também, não poderia deixar de dizer que eu atuo junto àqueles que não podem falar, que são animais, e o atendimento deixa muito a desejar. Nós investimos muito naquele atendimento emergencial que, por um longo tempo, não era feito na Prefeitura, e foi continuado. Lutaremos por uma mudança de gestão pública também para a causa animal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.^a Lourdes. Estando presente na sessão virtual o suplente Moisés Barboza, declaro-o empossado em virtude da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. João Carlos Nedel nos dias 20 a 24 de agosto de 2020. Seja bem-vindo, Ver. Moisés.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): É um prazer estar com vocês.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Retornei agora da comunidade da Vila Mapa, pela manhã fui à comunidade da Restinga acompanhar a distribuição de cestas básicas na EMEF Lidovino Fanton. Depois de cinco meses de pandemia, essa é a segunda vez que está sendo feita a distribuição do que não é perecível mesmo, da cesta básica, como arroz, feijão, massa; da primeira vez que aconteceu a distribuição de cestas básicas na escola eram somente 100 cestas básicas para uma comunidade de 1.200 estudantes, então a gente foi fazer esse acompanhamento, justamente porque ele é fruto de uma pressão. Há três semanas fomos à FASC fazer uma pressão e questionar por que a verba do Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE não estava chegando de forma equitativa em todas as escolas, qual era o padrão de distribuição, quais os critérios. A gente percebeu que no Portal da Transparência foi colocada a compra de mais de R\$ 2 milhões em insumos para a composição de cestas básicas, que daria em torno de R\$ 123,00 cada cesta básica; a gente fotografou as cestas que estavam sendo distribuídas na comunidade da Restinga Velha, e realmente não confere, para quem está acostumado a fazer campanha de solidariedade, a comprar os insumos, a fazer a distribuição, realmente não eram cestas básicas no valor de R\$ 123,00. Na sequência, a gente foi na comunidade da Vila Mapa, porque na EMEI Emília Marques Fernandes também estaria acontecendo a distribuição de alimentos, mas eram somente alimentos perecíveis – tomate, ovo –, e

também não chegaram lá os insumos que compõem uma cesta básica tradicional, os insumos que não são perecíveis. Ainda estamos atrás desta resposta de quais são os critérios, porque algumas escolas da rede básica de ensino da cidade receberam a alimentação, inclusive tem informe de que a EMEF Liberato Salzano Vieira da Cunha, escola ali na Zona Norte da cidade, desde o início da pandemia vem fazendo a distribuição dos insumos da merenda para a comunidade de forma sistematizada, com acompanhamento e transparência. Ao mesmo tempo, outras escolas estão somente com os alimentos perecíveis, algumas estão recebendo as cestas básicas que não condizem com o valor que está colocado no Portal da Transparência. Enfim, vamos estar fiscalizando e ajudando a compor os dados, porque, desde o início da pandemia, quando a gente fez os pedidos de informação para a FASC e para a SMED em relação à verba do PNAE, em relação a quais seriam os critérios, os métodos de distribuição dos insumos, a gente não obteve resposta, são cinco meses sem respostas dos nossos pedidos de informação, e agora estamos, neste momento, junto com o Coletivo Alicerce, partindo para a fiscalização, porque a gente acredita que se está colocado no Portal Transparência o recurso de mais de R\$ 2 milhões para compra de cestas básicas, neste mês, o que aconteceu nos meses anteriores em que esta verba não foi destinada, não foi aproveitada, sendo que a gente está passando por uma situação de muita necessidade de alimentação em nossa cidade. Quanto mais aumenta a crise econômica e social, mais as pessoas estão perdendo seus empregos. O exemplo das trabalhadoras terceirizadas, como o Ver. Eng^o Comassetto colocou, mais de 700 trabalhadoras que poderão perder seu emprego neste momento de pandemia, e a gente precisa de uma política transparente e que dê conta desta demanda que só cresce na nossa cidade. Então estamos fazendo esse papel de fiscalização e também de pressão para que a gente consiga ter acesso às verbas que foram destinadas para compra de alimentação, o que é verba da FASC, o que é verba da SMED e quais são os protocolos de distribuição. Na EMEI Maria Marques Fernandes, por exemplo, ali na comunidade da Mapa, eram os próprios professores que estavam fazendo a seleção e a distribuição desses alimentos, sendo que hoje a gente está acompanhando a situação dos trabalhadores terceirizados do Município que poderiam estar, sim, cumprindo essa função de seleção, de distribuição desses alimentos, de organização das filas. Lá na Restinga Velha hoje, na EMEF Lidovino Fanton, a fila – e isso corrobora um pouco com o que a Ver.^a Lourdes colocou do uso de máscara e álcool gel e da questão do distanciamento social – não estava sendo organizada, ou seja, falta trabalhador, e as trabalhadoras terceirizadas muito bem poderiam estar sendo alocadas dentro da escola para não perder esse contrato, para estar fazendo essa distribuição de uma forma mais qualitativa, respeitando o distanciamento, distribuindo álcool gel, levando essa política de informação para as pessoas em relação ao impacto da Covid na nossa cidade. Eu acho que, se o Marchezan tivesse um pouco de consciência social, de entendimento de como está a situação dentro das nossas comunidades, com certeza ele não teria utilizado mais de R\$ 3 milhões – não é à toa todo o processo de *impeachment*. Teria utilizado esse recurso justamente para fazer política de informação e orientação para as pessoas. Não adianta só culpar o povo, que o povo não está utilizando máscara, que o povo não está levando a sério a pandemia. A

gente precisa utilizar os recursos públicos para informar as pessoas; os servidores e todos aqueles que apresentam serviço à Prefeitura terem essas informações, terem material, panfletos para poder fazer essa divulgação lá na comunidade, em vez de estar colocando recursos milionários do orçamento público na mão das velhas empresas de telecomunicação, como SBT, RBS, TV Pampa. A gente percebe que a nossa cidade, nesse sentido, sobretudo da alimentação, está de ponta-cabeça. A gente não tem a informação, a gente não tem todos os materiais necessários para fazer essa informação, esse boca a boca, e as pessoas estão passando por uma situação cada vez de maior necessidade.

Então, utilizei esse tempo de comunicação de liderança para dar esse informe, porque a gente vai continuar acompanhando a rota das cestas básicas na cidade para saber onde está o recurso do PNAE. Estamos há cinco meses na pandemia, e é muito grave ter escolas distribuindo alimentos perecíveis, outras distribuindo cestas básicas, outras não estão distribuindo nada, e a gente não tem informação para conseguir projetar uma política pública. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0263/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/20, altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. (Remanejamento/recursos/emendas parlamentares impositivas; autorização/abertura/créditos independentemente/limite estabelecido) **(SEI 118.00155/2020-71)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0039/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que obriga as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino a disponibilizar o resultado de sua avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por meio de placa localizada na entrada da escola. **(SEI 053.00003/2020-52)**

PROC. Nº 0060/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/20, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, e alterações posteriores, ampliando o prazo para a proibição da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs) no trânsito do Município de Porto Alegre. **(SEI 041.00013/2020-08)**

PROC. Nº 0250/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/20, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor André Carvalho de Fraga. **(SEI 026.00036/2020-20)**

PROC. Nº 0300/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/19, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que altera o *caput* do art. 103 e o *caput* do art. 104 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 103 e o parágrafo único do art. 104 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre o direito de informação. **(SEI 014.00022/2020-18)**

PROC. Nº 0193/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/20, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui as efemérides Dia Municipal das Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação e Mês de Informação e Conscientização sobre Altas Habilidades/Superdotação no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, respectivamente, no dia 10 de agosto e no mês de agosto. **(SEI 020.00011/2020-21)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Serei bastante breve. Colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVCâmara e

pela Rádio Web, vocês acompanharam a leitura que foi apregoada pelo diretor Luiz Afonso. É um conjunto de projetos de Executivo, inclusive com mensagem retificativa. Eu já falei, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre a consulta dos pedidos de urgência da Prefeitura Municipal. Na minha opinião, eles são despiciendos, desnecessários, afrontosos ao trabalho cotidiano da Câmara Municipal. Há uma profunda banalização por parte do Executivo. Já aconteceu no final do ano passado; voltou a acontecer em janeiro, em pleno período de recesso; voltou em fevereiro, com todas as cargas possíveis. Durante o processo de pandemia, era o governo solicitando urgência urgentíssima dos seus projetos, os quais, por falta de algumas audiências públicas, trancam completamente a pauta. Eu me pauto pelo art. 2º da Constituição Federal, que diz que tem que haver separação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sem a submissão de um a outro; são órgãos que estão no mesmo patamar, devem ser colaborativos, sem que um abafe o outro, ou seja, sem que um fique submetido ao outro.

Nós não somos correia de transmissão do Executivo. O Executivo, dias atrás, fez um veto à emenda do nosso colega Ricardo Gomes, que emendou um projeto do Executivo, disse que a renda básica, que o cartão não podia ser entregue por pessoas que têm cargos de confiança – o prefeito vetou dizendo que estava tendo uma interferência na organização. O Ver. Ricardo Gomes já explicou sobejamente que isso não tinha nada a ver, ou seja, o Executivo quer colocar esta Câmara Municipal de joelhos. Nós não vamos aceitar isso. Eu já digo aos colegas vereadores: eu acho que a Câmara Municipal deveria reunir sua Mesa Diretora, capitaneada por V. Exa., Ver. Paulo Brum; pelo Ver. Reginaldo Pujol e pela Ver.^a Lourdes, enfim, quem está na Mesa Diretora, e fazer um processo judicial, porque há uma banalização do pedido de urgência por parte da Prefeitura completamente desnecessária, afrontosa ao bom trabalho que a Câmara Municipal vinha e vem desenvolvendo.

Imaginem as senhoras e os senhores, se a gente não tivesse feito sete sessões extraordinárias durante o recesso de julho, como a pauta estaria trancada. Portanto, acho que o prefeito faz por teimosia, ele sabe que aqueles projetos que foram protocolizados agora e que foram apregoados não vingarão na Câmara Municipal, haja vista a oposição que tem, por exemplo, a questão do pedágio, seja o pedágio que tranca a entrada da cidade, seja o pedágio... Não é a entrada do Centro Histórico, ele é ampliadíssimo, conforme o mapa que foi colocado e que, durante a semana, foi amplamente divulgado nos meios de comunicação. Aqui eu quero registrar, com a sua licença, Ver. Paulo Brum, o artigo da jornalista Bruna Suptitz no Jornal do Comércio. É um artigo de quarta-feira, brilhante, brilhantíssimo, com muitas informações de especialistas se manifestando sobre a questão do chamado pedágio urbano. Nós não somos contra, desde que se faça o mesmo debate que se fez em Londres, que se fez em Roma e em outras tantas cidades, como *Copenhagen*, por exemplo. Em Londres, o debate demorou três anos. Houve uma eleição cujo programa do prefeito era exatamente esse, e ele venceu a eleição no ano 2000. Então, minhas senhoras e meus senhores, essas eram as minhas considerações sobre a pauta no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli. Mais alguma inscrição, Dr. Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, não temos mais nenhuma inscrição.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Eu vou aproveitar para dizer que amanhã, dia 21 de agosto, é a abertura da 23ª Semana Municipal da Pessoa com Deficiência aqui em Porto Alegre. Este ano, toda a programação será *on-line*, e o acesso é junto ao *site* do Comdepa, o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre. Este é o anúncio que eu faço: devido à pandemia, a programação será *on-line*; os interessados devem acessar o *site* do Comdepa. A todos, um bom final de tarde. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h28min.)

* * * * *